

Haverá sessão de votação no plenário da Câmara e do Senado do dia 11 ao dia 14/4, sem matéria de direito para incidência política.

COMISSÕES DA CÂMARA

Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais

A Comissão receberá, no dia 11/4, a Ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, para discutir as prioridades da pasta em 2023, numa reunião semipresencial.

Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial

Acontece, no dia 11/4, Audiência Pública com o tema “Jornada de Direitos Humanos com a sociedade civil”, com a presença, além da sociedade civil, de representantes dos movimentos sociais e agentes públicos com atuação em direitos humanos.

COMISSÕES DO SENADO FEDERAL

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Aconteceu, no dia 10/4, a Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, CDH, com a finalidade de debater sobre o trabalho escravo e a expropriação de terras, conforme o PL nº 5.970/2019. Foram convidados: Luiz Antônio Colussi, Juiz, Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Leonardo Sakamoto, repórter Brasil; Luiz Felipe Brandão de Melo, Secretário de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, entre outros convidados.

Comissão Temporária Externa para Acompanhar a Situação dos Yanomami e a Saída dos Garimpeiros – CTEYANOMAMI

No dia 11/4 acontece a Audiência Pública Interativa com a seguinte pauta: A visão do Poder Executivo Federal sobre a crise na Terra Indígena Yanomami: causas e possíveis soluções de curto, médio e longo prazo para o problema identificado. Foram convidados: Marcelo Mendes Mello, Capitão de Mar e Guerra, Fuzileiro Naval, Ministério da Defesa, Marivaldo de Castro Pereira, Secretário de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública, representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

CPI das ONGs

O presidente do Senado Federal, sen. Rodrigo Pacheco (PSD/MG), realizou a leitura do requerimento do sen. Plínio Valério (PSDB/AM) e outros pela instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, para apurar os fatos relacionados às organizações não governamentais e organizações de interesse público, nos termos do art. 145 do Regimento Interno do Senado. A CPI será composta por 11 titulares e 7 suplentes, com duração de 130 dias, e é uma reedição da solicitação do sen. Plínio Valério (PSDB/AM), apresentada na última legislatura. Agora, a instalação da CPI depende de decisão da Presidência do Senado.

Deputada pede desenvolvimento econômico de terras indígenas em sessão solene

A deputada Silvia Waiãpi (PL-AP) defendeu, no dia 5/4, investimentos nos territórios indígenas e exploração sustentável das terras pelos próprios povos indígenas. Ela destacou que significativa parte dos indígenas passa por privações e por dificuldades para sobreviver, com falta de acesso aos direitos mais básicos. A sessão não contou com a presença dos outros deputados indígenas, que ao todo são cinco.

Agro é maioria na lista suja do trabalho escravo

Empresas do agronegócio são maioria na nova lista suja do trabalho escravo, divulgada pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, MTE, no dia 5/4. Ao todo, 289 empregadores, entre pessoas físicas e jurídicas, integram a atual relação de flagrados com mão de obra em situação análoga à escravidão. Dos 289 empregadores da lista atual, 172 têm Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAES de atividades rurais, como cultivo de café, criação de bovinos de corte e de leite, produção de carvão vegetal e extração de produtos não madeireiros, que pode incluir, por exemplo, coleta de palmito e carnaúba.

Ministro Gilmar Mendes suspende “boa-fé” do mercado de ouro

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal – STF, suspendeu, no dia 4/4, a previsão legal que instituiu a chamada “presunção de boa-fé” no comércio do ouro. A decisão se deu no âmbito de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade apresentada pelo Partido Socialista Brasileiro e pela Rede Susten-

tabilidade. A medida está prevista em lei de 2013 e permite que o ouro seja comercializado no Brasil apenas com base nas informações dos vendedores. Na prática, segundo especialistas, o princípio facilita o garimpo ilegal no país. O ministro determinou ainda a adoção, em até 90 dias, por parte do Poder Executivo da União, de um novo marco normativo para a fiscalização do comércio de ouro.

Cúpula da Amazônia ocorrerá em Belém no início de agosto

Os países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) decidiram, no dia 4/4, realizar a Cúpula da Amazônia em Belém (PA), na primeira quinzena de agosto deste ano. O presidente colombiano, Gustavo Petro, vinha insistindo para que o evento ocorresse na Amazônia daquele país. Após negociação entre diplomatas brasileiros e colombianos, no entanto, ficou definido que a cúpula acontecerá em terras paraenses. A reunião vai discutir medidas em conjunto dos países da OTCA para preservação e desenvolvimento sustentável na floresta amazônica. Compõem o grupo, além de Brasil e Colômbia, Bolívia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

Obras do governo federal podem impactar 66% das terras indígenas do país

Um estudo feito pelo Instituto Socioambiental (ISA) mostra que 397 terras indígenas podem ser impactadas por futuras obras do governo federal, como a construção de rodovias, ferrovias e usinas hidrelétricas. Esse número representa 66%, ou dois terços, dos 599 territórios com algum tipo de delimitação geográfica no banco de dados do ISA — há pouco mais de cem Terras Indígenas no país sem área definida e, por isso, não foram consideradas. Segundo o estudo,

assinado pelo pesquisador Antônio Oviedo, em média as terras são ameaçadas por quatro obras simultaneamente e 67% delas podem ser impactadas por mais de um empreendimento. Oviedo aponta ainda a necessidade de especial atenção aos casos que tocam territórios com presença de povos indígenas isolados.

Ferrovia afetar terra de Raoni

Caso insista em construir a Ferrogrão, uma ferrovia de 933 quilômetros de extensão entre Sinop (MT) e Itaituba (PA). Um estudo realizado por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais projeta que a redução no custo de transporte provocado pela ferrovia vai incentivar o aumento da produção agrícola, “motivando em consequência a conversão de áreas aptas para agricultura, quer sejam pastagens ou vegetação nativa”. Em outro estudo, os pesquisadores da UFMG mostram que a criação de um terminal de cargas da Ferrogrão em Matupá, no norte do Mato Grosso, pode partir ao meio as Terras Indígenas do Xingu. É nesse ponto que a Ferrogrão afeta a Terra Indígena Capoto Jarina, lar do cacique Raoni. A rodovia MT-232 atravessa trechos da Capoto Jarina e também do Parque Indígena do Xingu, onde vivem 16 povos indígenas. O terminal de cargas de Matupá seria uma opção para receber a soja plantada ao leste do território de Raoni e do Parque Indígena do Xingu. O STF deverá analisar, no próximo mês, a ADI n. 6.553, de autoria do PSOL, que questiona o instrumento utilizado pelo Governo anterior para alterar os limites das unidades de conservação da região. Em 15/3/2021 o Ministro Alexandre de Moraes, em medida liminar, suspendeu a eficácia da Lei nº 13.452/2017, resultante da conversão da Medida Provisória nº 758/2016, bem assim dos processos relacionados à Ferrogrão.

Governo revoga regras que dificultavam regularização de quilombos

A Fundação Cultural Palmares revogou portaria de 2022, do governo anterior, que tornava mais rigorosas as normas para emissão de certidões de autodefinição para comunidades quilombolas. A fundação também restaurou portaria de 2007, do segundo governo Lula, que instituiu o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos, autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, entre outros. A declaração de autodefinição de identidade étnica, que compõe o cadastro, é necessária para os procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombo. O tema é regulamentado pelo Decreto nº 4.887/2003 e a Portaria é a nº 75/2023.

Ministério da Agricultura diz que explorar potássio na Amazônia é essencial

O Ministério da Agricultura e Pecuária afirmou, em manifestações em processo na Justiça Federal do Amazonas, que o projeto de exploração de potássio na Amazônia é estratégico, essencial e deve receber tratamento prioritário, com máxima celeridade. No mesmo processo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, IBAMA, reforçou o entendimento de que a competência para o licenciamento do empreendimento é do órgão ambiental local, e não da esfera federal. No governo, além da pasta da Agricultura, a exploração de potássio é defendida pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB).